



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000682-30.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito**
Requerente: **Chayana Antonio de Moura**
Requerido: **Catho Online Ltda. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra débito injustificadamente lançado em conta que possui junto ao primeiro réu e que beneficiou a segunda ré.

As preliminares arguidas pelos réus em contestação entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

Alguns dos fatos trazidos à colação são incontroversos.

Nesse sentido, a implementação do débito mencionado pela autora está consubstanciada a fl. 21, percebendo-se que teve vez em conta mantida junto ao primeiro réu para beneficiar a segunda ré.

Não se delineou em momento algum, de outra banda, qualquer lastro à realização de tal débito.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Ao contrário, a contestação da segunda ré patenteia que a autora não possuía com ela qualquer ligação jurídica que viabilizasse a operação, levada a cabo por equívoco do primeiro réu ao inserir dígito da conta diverso daquele que haveria de ser, fazendo com que o débito recaísse sobre a conta da mesma.

É o que se extrai de fls. 67/68.

Os documentos amealhados pela segunda ré prestigiam sua explicação, a qual, de resto, não foi refutada por argumentos sólidos pelo primeiro réu.

Diante desse panorama, reputo que a responsabilidade de ambos os réus está configurada na espécie.

Isso porque é inegável a participação dos dois na hipótese, o primeiro réu por concretizar o débito sem respaldo algum e a segunda ré por beneficiar-se disso, não solucionando a pendência com a indispensável rapidez mesmo diante dos contatos mantidos pela autora (fls. 15/18).

Vislumbra-se a partir daí a solidariedade entre eles na forma do art. 7º, parágrafo único, do CDC.

Eventual aprofundamento em torno da matéria, especialmente para estipular a culpa de cada réu, não afetaria a autora porque para ela, na condição de consumidora, a ligação entre ambos no episódio em pauta é indubitosa, sendo sua responsabilidade objetiva.

Tocará aos réus entre si promover por via própria a discussão sobre o assunto, o que extravasa os limites da lide.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à restituição do valor debitado da autora injustificadamente, mas essa devolução não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé dos réus, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Quanto aos danos morais, tenho-os por caracterizados.

Em dias de profunda crise econômica, as alegações da autora relativamente às consequências que sofreu (necessitando valer-se de empréstimo para fazer frente a compromissos financeiros) são verossímeis.

De igual modo, as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) denotam o desgaste de vulto por parte da autora para a resolução de problema a que não deu causa, não demonstrando os réus interesse algum nesse sentido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Não dispensaram à autora, enfim, o tratamento que lhes seria exigível, o que ultrapassou o mero dissabor próprio da vida cotidiana para configurar o dano moral passível de reparação.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar os réus a pagarem à autora as quantias de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 49,90, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2015 (época do débito de fl. 21), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 04 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**